



# MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

## AVISO

**Procedimento concursal de recrutamento e seleção para contratação a termo resolutivo certo, a tempo parcial, de um técnico de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) na área de Ciências Informáticas (Programação e Robótica), para o ano letivo de 2026/2027**

Eng.º Manuel António Mendes Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, nos termos dos nºs 6 e 7 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 212/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, faz público que, conforme deliberação do Executivo Municipal, tomada na reunião de 12 de outubro de 2026, encontra-se aberto procedimento concursal para a contratação, a termo resolutivo certo, a tempo parcial, com vista ao preenchimento de um (1) posto de trabalho de técnico para o desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) na área de Ciências Informáticas (Programação e Robótica) para o ano letivo/escolar 2026/2027. Este preenchimento, quer quanto ao número do posto de trabalho, quer quanto à área colocada a concurso, será efetuado conforme as necessidades inerentes ao ano letivo, e de acordo com o vertido na Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, em estabelecimentos de educação e ensino do Município de Cabeceiras de Basto, em horários a definir em articulação com o Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto ao abrigo do Decreto-Lei nº 212/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

Tendo em conta os princípios de racionalidade e eficiência que devem presidir à atividade municipal, e pela impossibilidade de ocupação do posto de trabalho pela aplicação do disposto no nº 3 do artigo 30.º da LTFP, deverá proceder-se ao recrutamento e seleção de trabalhador/a detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com vínculo de emprego público a termo resolutivo, ou sem vínculo de emprego público. O recrutamento efetua-se de acordo com as prioridades estabelecidas na lei.

**1. Local de trabalho:** As funções serão exercidas em estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto, sem prejuízo das atividades que tenham de ser exercidas fora daqueles espaços físicos.



M

## MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

**2. Caracterização do posto de trabalho em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado:** técnico que assegura o desenvolvimento da Atividade de Enriquecimento Curricular (AEC) na área de Ciências Informáticas (Programação e Robótica), em estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto.

**3. Requisitos de admissão:** Conforme previsto no artigo 17.º da LTFP:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

O nível habilitacional exigido correspondente ao grau de complexidade funcional da carreira e categoria caracterizadora do posto de trabalho comprovado por documento validado por estabelecimento de ensino português, conforme o artigo 17º da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, em conjugação com o nº 1 do artigo 34º LTFP.

Os candidatos devem possuir formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento da atividade programada e ao escalão etário do público-alvo ou curriculum vitae relevante para o efeito.

**Requisitos legais especialmente previstos para a titularidade da categoria:** Apenas poderá ser candidato ao procedimento quem for titular do nível habilitacional, de acordo com o ponto 8.1. do presente aviso.

**4. Prazo, local e forma de apresentação da candidatura:**

4.1. As candidaturas deverão ser apresentadas no período de **20 a 26 de outubro de 2026**, na **plataforma eletrónica**, através do preenchimento integral de formulário disponível na página da Internet deste município em <https://recrutamento.cabeceirasdebasto.pt>.



M

## MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

É obrigatória a indicação de um e-mail válido para notificação de resultados aos candidatos.

**Não serão aceites candidaturas em suporte de papel.**

4.2. A candidatura deverá ser acompanhada com os seguintes elementos, sob pena de exclusão:

- a) Diploma ou Certidão de habilitações legalmente exigidas (documento validado por estabelecimento de ensino Português);
- b) Curriculum vitae com os respetivos documentos comprovativos considerados relevantes para a avaliação curricular;
- c) Comprovativo de Experiência profissional na AEC a que se candidata;
- d) Certificados de Ações de formação no âmbito da AEC a que se candidata, conforme critérios constantes no presente aviso;
- e) Certificado de incapacidade igual ou superior a 60% (se aplicável).

**NOTA:** Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, sob pena de exclusão, deverão apresentar, em simultâneo, documento comprovativo das suas habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável.

Para efeitos da avaliação curricular não serão consideradas as ações de formação quando não conste da candidatura o respetivo certificado.

A ficha de candidatura poderá ser acompanhada de fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro.

As falsas declarações prestadas pelos candidatos, no que concerne aos requisitos mencionados, preenchidos e declarados na ficha de candidatura, ou em outros elementos de candidatura, designadamente no curriculum vitae, bem como a omissão de dados indispensáveis à respetiva avaliação, implicam a exclusão do procedimento concursal.

Nos termos do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência igual ou superior a 60% devem declarar, no requerimento de admissão, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência, bem como anexar fotocópia do atestado médico



M

# MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL  
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

de incapacidade, passado pela Administração Regional de Saúde.

**5. Posicionamento remuneratório:** O valor das remunerações dos Técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular corresponde ao do índice 126 da carreira dos educadores e dos professores dos ensino básico e secundário quando possuem habilitação igual à licenciatura na área a que se candidatam.

O subsídio de refeição é pago nos termos da lei, tendo como referência o montante auferido pelos trabalhadores em funções públicas.

**6. Horário de trabalho:** De segunda a sexta-feira, de acordo com horário a definir.

**7. Prazo e duração do contrato:** O período da duração do contrato será desde a sua data de celebração e manter-se-á, de acordo com as necessidades, até ao término do ano letivo ou escolar, podendo os candidatos não selecionados na fase inicial serem posteriormente colocados, de acordo com a última lista de ordenação final, considerando-se a reserva de recrutamento válida até ao final do respetivo ano escolar, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 212/2009, de 3 de setembro.

**8. Métodos de seleção:** O método de seleção, comum a todos os concursos, a utilizar será a Avaliação Curricular (AC):

**Avaliação Final = AC (100%)**

**AC= HAB (50%) + EP (30%) + FP (20%)**

## AVALIAÇÃO CURRICULAR

**8.1. Habilitações (HAB): 50% da avaliação final**

**8.1.1. Ciências informáticas (Programação e robótica):**

Licenciatura em áreas adequadas ao desenvolvimento das atividades ciências informáticas (informática, multimédia, tecnologias e gestão de sistemas de informação, automação e robótica e ciências da computação) - 20 valores;

Habilitação profissional para a docência na Educação Pré-escolar e/ou no 1º Ciclo do Ensino Básico - 16 valores.



M

## MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL  
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

### 8.2. Experiência Profissional (EP) – 30% da avaliação final

Para a ponderação da experiência profissional, pretende-se determinar o grau de adequação entre as atividades/funções já exercidas e a atividade caraterizadora do posto de trabalho a preencher. Deste modo na atividade de enriquecimento curricular será utilizado o tempo de serviço possuído pelo candidato no desenvolvimento das suas atividades, devidamente comprovado, nos termos dos normativos legais em vigor, até ao ano letivo 2025/2026 inclusive.

$$EP = EP1 + EP2 + EP3/3$$

#### Atividades de Enriquecimento Curricular:

EP1 - Com experiência nas Atividades de Enriquecimento Curricular no Concelho de Cabeceiras de Basto

EP2 - Com experiência nas Atividades de Enriquecimento Curricular.

EP3 - Com experiência noutras atividades educativas com crianças e jovens.

#### Da aplicação da fórmula acima, fará a conversão de acordo com o seguinte:

Igual ou superior 500 dias - 20 pontos

Igual ou superior a 400 e inferior a 500 dias - 18 pontos

Igual ou superior a 300 e inferior a 400 dias - 16 pontos

Igual ou superior 200 e inferior a 300 dias - 14 pontos

Igual ou superior a 100 e inferior a 200 dias - 12 pontos

Igual ou superior a 50 e inferior a 100 dias - 10 pontos

Igual ou superior a 1 e inferior a 50 dias - 8 pontos

Sem experiência – 0 pontos

### 8.3. Formação Profissional (FP) – 20% da avaliação final

Considerar-se-ão as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função, obtidas nos últimos 5 anos, sendo que, para efeitos do seu cálculo, **apenas** são consideradas as ações de formação comprovadas através de cópia



M

## MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

do respetivo certificado e, nos casos em que o certificado da ação de formação não contenha a indicação do número de horas, será considerado que um dia de formação corresponde a sete horas:

Igual ou superior a 200 horas - 20 pontos

Inferior a 200 e igual ou superior a 100 horas - 16 pontos

Inferior a 100 e igual ou superior a 50 horas - 12 pontos

Inferior a 50 e igual ou superior a 25 horas - 8 pontos

Inferior a 25 horas - 4 pontos

Sem formação - 0 pontos

Não serão considerados como ações de formação os Certificados de Habilitação Literária (licenciaturas e mestrados) nem os de Pós-Graduação.

Na ordenação final, após aplicação do único método de seleção, os candidatos serão ordenados pela classificação final obtida e serão excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5.

**9. Critérios de desempate:** Em situações de igualdade de valoração, têm preferência na ordenação final:

**Atividade de Enriquecimento Curricular:**

- 1.º - Candidatos com mais tempo de serviço prestado nas AEC;
- 2.º - Candidatos com mais tempo de serviço de docência;
- 3.º - Média da licenciatura mais elevada.

**10. Lista Final:**

Terminado o prazo de candidaturas é efetuado o único método de seleção, Avaliação Curricular, cuja classificação será resultante dos elementos indicados pelos candidatos no formulário de candidatura, e respetiva confirmação através dos documentos comprovativos anexados ao mesmo. Em seguida o júri do procedimento concursal elabora a respetiva lista dos resultados dos candidatos admitidos, que constituem a lista final de ordenação e lista de candidatos excluídos.



M

# MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

A lista será afixada em local visível e público no Edifício dos Paços do Concelho e disponível na página eletrónica da câmara ([www.cabeceirasdebasto.pt](http://www.cabeceirasdebasto.pt)) e os candidatos serão notificados da lista de ordenação final, via correio eletrónico.

Os documentos redigidos em língua estrangeira devem ser traduzidos e reconhecidos pelas entidades competentes, sob pena de não serem considerados.

Nos termos do nº 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei nº 212/2009, de 3 de setembro, a aceitação da colocação do candidato deve efetuar-se, através de correio eletrónico, no decurso dos dois dias úteis seguintes, após comunicação da colocação, via eletrónica.

Na ausência da aceitação da colocação, nos termos acima indicados, será contactado o candidato a seguir posicionado na lista de ordenação.

Os candidatos serão convocados, via correio eletrónico, para a apresentação dos documentos a seguir mencionados, no prazo de dois dias úteis, contado a partir da convocatória.

A não comparência no prazo indicado, bem como a não apresentação dos documentos comprovativos dos elementos indicados no formulário de candidatura, ou qualquer erro na confirmação dos mesmos, determinam a exclusão do candidato.

**11. Para constituição do vínculo**, e apenas nesse momento, o candidato selecionado deverá entregar ou exibir a seguinte documentação, sob pena de exclusão:

- a) Exibir documento de identificação (Cartão de Cidadão ou bilhete de identidade e número de contribuinte, número de beneficiário da Segurança Social e número de utente Serviço Nacional de Saúde) podendo, se preferir, entregar cópia do documento;
- b) Cópia do diploma ou certidão de habilitações profissionais legalmente exigidas (documento validado por estabelecimento de ensino português);
- c) Documento onde conste o cumprimento das leis de vacinação obrigatória;



M

## MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL  
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

- d) Declaração em como reúne os requisitos previstos no artigo 17.º da LGTFP;
- e) Documento onde conste o Número de Identificação Bancária;
- f) Certidão de registo criminal, indicado para o trabalho com contacto regular com menores.

Os restantes candidatos, se necessário, serão convocados para apresentação dos documentos de forma a constituírem reserva de recrutamento válida até ao final do ano letivo 2026/2027.

As falsas declarações prestadas pelos candidatos conduzem à sua exclusão do procedimento concursal e serão punidas nos termos da lei.

Quota de emprego para candidatos com deficiência: nos termos do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência e procede-se nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro.

### Composição do Júri:

O júri do referido procedimento concursal é constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Dra. Maria de Fátima de Neiva Oliveira, Diretora do Departamento de Administração Geral;

Vogais Efetivos: Dr. Vítor Manuel Pereira Antunes, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Dra. Maria das Dores Ribeiro Carvalho, Técnica Superior.

Vogais Suplentes: Dr. Nuno Alberto Machado Martins, Chefe da Unidade de Ação Social, Saúde e Educação e Dra. Mariana de Jesus Pereira Pires, Chefe da Unidade de Recursos Humanos e Serviços Gerais;

O presidente do júri será substituído nas suas ausências e impedimentos pelo 1.º Vogal efetivo.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.



# MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Determino que o presente aviso seja divulgado na página eletrónica da internet do município.

Cabeceiras de Basto, 19 de outubro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Manuel António Mendes Teixeira'.

(Manuel António Mendes Teixeira, Eng.º)